

A Pós-Graduação e a Internacionalização da Educação Superior: tendências e problemas - o lugar da ANPEd

ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA

Doutora em Educação. Pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Educação do Setor de Educação - UFPR. Presidente da ANPEd. E-mail: andreabg@ufpr.br

MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO

Doutor em Educação. Pesquisador e professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM. Diretor Financeiro da ANPEd. E-mail: mario.de.azevedo@uol.com.br

GEOVANA MENDONÇA LUNARDI MENDES

Doutora em Educação. Pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Educação da FAED UDESC. Vice Presidente da Região Sul da ANPEd. E-mail: geolunardi@gmail.com



Resumo: O artigo tem como objetivo mapear as iniciativas recentes da ANPED no debate sobre internacionalização na pesquisa e na pós-graduação em educação. Para isto apresenta o contexto de desafios referentes às condições de financiamento da política educacional brasileira, considerando o contexto do Novo Regime Fiscal definido pela EC 95/2016. Problematiza o sentido do conceito de internacionalização e os dilemas entre um processo horizontal e solidário e um processo competitivo. Este conjunto de questões contextuais permite situar a questão da internacionalização da pós-graduação em educação a partir de quatro âmbitos e problemas: o consumo da produção científica, o diálogo com a produção mundial, a divulgação da pesquisa e a produção cooperativa/solidária. As ações da ANPED no âmbito do diálogo com outras associações internacionais e os necessários diálogos internos ao contexto brasileiro são o ponto de chegada do artigo.

Palavras-chave: Internacionalização. Pós-Graduação. Anped.

Abstract: The article aims to map the recent ANPED's initiatives in the debate about internationalization in research and education postgraduate. For this, it presents context of challenges regarding the financing conditions of the Brazilian educational policies, considering the context of the New Fiscal Regime defined by EC 95/2016. It problematizes the meaning of the concept of internationalization and the dilemmas between a horizontal and solidarity process, and, a competitive process. This set of contextual questions allows us to situate the question of the education postgraduate internationalization in four areas and problems: consumption of scientific production, dialogue with world production, dissemination of research and cooperative/solidarity production. The actions of ANPED in the context of the dialogue with other international associations and the necessary dialogues internal to the Brazilian context are the point of arrival of the article.

Keywords: Internationalization. Graduate Program. Anped

Introdução

A internacionalização da educação superior no Brasil vem ocorrendo em um complexo contexto de crise, agravada, em especial, a partir da crise global de 2008 e da transição no campo do poder, em 2016, por intermédio de impeachment da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), a partir do qual o vice-presidente da chapa eleita, Michel Temer (2016-?), passa a aplicar um Programa, construído como governo paralelo, denominado “Ponte para o



Futuro”¹, programa este que não havia sido apresentado no contexto eleitoral. Assim, além dos constrangimentos globais em que os países centrais afirmam-se como produtores sofisticados de conhecimento e de commodities com alto valor agregado, o país tem sofrido variados retrocessos e restrições executadas no segundo governo de Dilma Rousseff (2015-2016) e radicalizadas pelo governo de plantão de Michel Temer. Para ilustrar, vale destacar o que diz o texto *Ponte para o Futuro*:

[...] nossa crise é grave e tem muitas causas. Para superá-la será necessário um amplo esforço legislativo, que remova distorções acumuladas e propicie as bases para um funcionamento virtuoso do Estado. Isto significará enfrentar interesses organizados e fortes, quase sempre bem representados na arena política. Nos últimos anos é possível dizer que o Governo Federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 05).

Neste sentido, logo ao tomar a condução dos destinos do País, o governo de Michel Temer inicia uma série de reformas, sendo a primeira a reforma fiscal, denominada de Novo Regime Fiscal (NRF), que foi aprovada com facilidade no Congresso, congelando o gasto público em termos reais por 20 anos². Sobre isto, Azevedo observa que

o Novo Regime Fiscal (NRF), consubstanciado na Proposta de Emenda Constitucional 241/2016, depois renumerada no Senado como PEC 055/2016, e aprovado como Emenda Constitucional EC 95, congela as despesas primárias (gastos e investimentos, em especial nas áreas sociais) e não toca nas despesas financeiras (juros e amortizações sobre a dívida pública). O Poder Executivo, ao propor o NRF e obter sua aprovação no legislativo, busca a legalização da reação da “mão direita” do Estado contra os avanços (e os futuros atos) da

1 Contraditoriamente, a presidente Dilma Rousseff, como que antecipando o governo paralelo de Michel Temer ou na tentativa de recuperar suas propostas, nomeia um equipe econômica propugnadora do choque fiscal. O portal G1, do grupo Globo, em matéria assinada por Alexandre Martello e Darlan Alvarenga, registrou: “Durou menos de 1 ano a passagem de Joaquim Levy pelo comando do Ministério da Fazenda. Principal nome da equipe do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, alçado ao posto para o desafio de arrumar as contas públicas, o economista apelidado de “mãos de tesoura” deixa o governo após uma sequência de derrotas em sua batalha para promover o chamado ajuste fiscal – plano de austeridade para reequilibrar as contas públicas” (08 Janeiro 2016)

2 A Emenda Constitucional EC 95 circulou na Câmara Federal como proposta de Emenda Constitucional 241/2016 e no Senado como PEC 055/2016.



“mão esquerda”³, constitucionalizando o constrangimento da oferta de bens públicos (AZEVEDO, 2017, p. 237).

Desta forma, como primeira reflexão nesta Introdução, O NRF compromete a promoção de políticas de internacionalização, produção do conhecimento e circulação de ideias, nas quais são necessárias o devido financiamento público. Porém, mais grave do que isto, o NRF barra o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, sobretudo a meta 20 do PNE 2014-2024, a que estabelece o compromisso de Estado de ampliar a “alocação orçamentária em educação pública para 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País, em 2019, para 10% (dez por cento) do PIB ao final da vigência do PNE 2014-2024” (Azevedo, 2017, p. 251)⁴. Especificamente, ainda em relação ao PNE 2014-2024, o NRF coloca abaixo a estratégia 4.16, que prevê a inclusão dos profissionais da educação em cursos de pós-graduação, e a Meta 14, que prescreve “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores” (Azevedo, Oliveira, Catani; 2016, p. 796).

Além do contingenciamento de verbas pelo NRF, a internacionalização da educação superior também se depara, neste mesmo contexto, com as reformas trabalhista e previdenciária. Estas três reformas combinadas promovem um retrocesso na ciência e na produção científica no Brasil, ocasionando, para além da paralisia de laboratórios e pesquisas, uma nova onda de brain-drain (fuga de cérebros), a maior dependência do país a ciência e a tecnologia estrangeiras. O **Jornal Valor Econômico**, em matéria assinada por Lígia Guimarães intitulada “Corte de verba ‘expulsa’ pesquisadores do país”, registra:

o professor titular do instituto de biofísica e bioquímica médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sérgio Ferreira, já perdeu cinco dos 50 pesquisadores de graduação e pós-doutorado que integram sua equipe, dedicada a entender as causas e apontar novos tratamentos contra o Alzheimer. Duas cientistas foram trabalhar em um laboratório no Canadá; outros três estão indo

3 Pierre Bourdieu criou a metáfora “mão direita” para denominar os setores do Estado controladores do tesouro público, a exemplo, no Brasil, do Ministério da Fazenda; e de “mão esquerda”, os setores do Estado responsáveis pela execução de políticas sociais que promovem o bem-estar comum. O sociólogo francês asseverou: “eu penso que a mão esquerda do Estado tem o sentimento que a mão direita não sabe mais ou, pior, não quer mais verdadeiramente saber o que a mão esquerda faz” (Bourdieu, 1998, p. 10).

4 De maneira mais detida, discussões sobre as consequências do NRF, podem ser conferidas em artigo publicado na Revista Tópicos Educacionais, jan/jun. 2016, de autoria de Mário Luiz Neves de Azevedo (Ver Referências).



embora para Nova York, Ferreira, PhD em física e professor da UFRJ desde 1999, lamentou a saída dos colegas, mas não tentou demovê-los: sabe que, se ficarem no Brasil, não conseguirão concluir suas pesquisas. Sem recursos para pagar itens básicos, como a compra de reagentes químicos, manutenção de equipamentos ou ratos de laboratório, grande parte dos trabalhos que ele orienta há anos será perdida sem que tenham respondido às perguntas a que se propuseram. A perspectiva é que a situação fique ainda pior nos próximos meses: o orçamento federal para o ciência, que vinha encolhendo desde 2014, caiu mais de 44% na programação para 2017, passando de R\$ 6 bilhões para apenas R\$ 3,4 bilhões. ‘Não vão conseguir pagar nem os projetos já aprovados. Não sei como as migalhas vão ser distribuídas’, afirma o físico Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC (GUIMARÃES, 09 maio 2017).

Com isso, volta-se há um antigo quadro em que apesar do

[...] notório o esforço dos países periféricos, nomeadamente os do Sul, em formar e treinar os seus cientistas e engenheiros, certo é que “os recém-formados têm tido dificuldades em encontrar colocações qualificadas ou condições de trabalho atraentes em seus países”, daí resultando uma expressiva migração de pesquisadores altamente qualificados do Sul para o Norte (UNESCO, *Ibid*, p.10). Assim, “dos 59 milhões de migrantes vivendo em países da OCDE, 20 milhões eram altamente qualificados” (*Ibid.*, p.11).(VARELA, 2015, p.51)

Os cortes e os contingenciamento de verbas públicas para a ciência, tecnologia e inovação, acontecem justamente, ainda falando no contexto, no decorrer da “quarta revolução tecnológica”⁵ ou de “smart factory” (da indústria inteligente), que é caracterizada pela automação, pelo sistemas cibernéticos, pela Internet das coisas e pela computação em nuvens (SCHWAB, 2016; AZEVEDO, OLIVEIRA e CATANI, 2016); da “economia baseada no (cercamento do)

⁵ “as três revoluções antecedentes possuem, esquematicamente, características marcantes. A primeira revolução industrial usou a água e o vapor como força mecânica. A segunda utilizou a energia elétrica para criar a produção em massa. A terceira aplicou a eletrônica e a tecnologia da informação para automatizar a produção” (Azevedo, 2016, p. 785).



conhecimento”⁶ (AZEVEDO, 2013) e da transnacionalização da Educação Superior e da ciência – a contraparte da internacionalização – caracterizada pela mercadorização do conhecimento (AZEVEDO, 2015)⁷. A Figura abaixo apresenta dados que sintetizam este contexto:



Fonte: Portal de Transparências e Portas Abertas

* em 2016 passou a chamar Ministério das Ciências e Tecnologias, Inovação e Comunicação

6 Parafraçando Azevedo, a economia baseada no (cercamento do) conhecimento não é exatamente uma mudança de paradigma em que se saltaria para uma economia baseado em serviços e na produção de bens de alto valor agregado. Seria, para além do reconhecimento do valor do conhecimento e da ciência, uma ideologia de inculcação de *habitus* individualista, de responsabilização do trabalhador por sua empregabilidade, de mercadorização da oferta da educação e do ‘cercamento’ (expropriação) do conhecimento. A economia baseada no conhecimento pouco muda a situação de submissão da força de trabalho ao controle capitalista. Mas, pode contribuir para o acirramento das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção [distribuição de poder e de renda na sociedade baseada na troca de mercadorias] (Azevedo, p. 109-110).

7 De acordo com Azevedo, “A mercadorização pode ser interpretada como um modo de liberalização da oferta de ensino que pode ocorrer de diversas maneiras: expansão do ensino superior privado-mercantil (*for profit higher education*), privatização direta, desresponsabilização do Estado, criação de quase-mercado, estabelecimento de Parcerias-Público-Privado (PPP), estímulo à competição, performatividade, rankings, indicadores etc. (...). A transnacionalização seria a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro. Vale notar, no entanto, que há Instituições de Ensino Superior Privadas com sede no Brasil que são cotadas em bolsa e que têm participação acionária de indivíduos, sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira, caracterizando-se, por isso, também como uma modalidade de transnacionalização” (Azevedo, 2015, p. 87).

Diante deste quadro, o debate sobre Internacionalização da pós-graduação e em especial na área da Educação precisa ser redimensionado e novamente voltar à enfrentar algumas questões, que pareciam ser mais fáceis de resolver no passado, considerando os avanços que o Brasil já havia feito nos últimos anos, em termos de sua imagem e protagonismo na região (Mercosul e América Latina) e no mundo.

Assim, no presente texto, retomamos algumas questões contextuais sobre esses desafios, do mesmo modo que ensaiamos algumas impressões sobre o papel específico da ANPED, e de certo modo, de outras associações, nesse embate.

De que internacionalização falamos?

Para um debate qualificado sobre internacionalização no campo da produção científica, é certamente necessário discutir sobre qual é o sentido e o significado da expressão “internacionalização”. Azevedo (2014), em diálogo com Hans De Wit, que elenca nove “concepções enganosas” de internacionalização, e Jane Knight, que chama atenção para cinco “mitos” correntes de internacionalização, objetivando apresentar questionamentos a algumas ações e políticas que supostamente seriam classificadas de internacionalização da educação superior, procura definir a internacionalização, em termos que parecem ajudar a compreender como a pós-graduação pode movimentar-se neste tema:

a internacionalização da educação superior **não é um fim em si mesmo,mas é um processo de integração** das dimensões internacional, intercultural e global às atividades próprias das instituições acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e as suas metas e funções, em especial a formação de pessoal nas diversas modalidades de educação superior (2012, p. 4). A internacionalização da educação superior, potencialmente **é processo e meio para a integração, a interculturalidade e o diálogo** entre diferentes IES (nacionais e estrangeiras) e para a justa consecução do plano de desenvolvimento das universidades, logo de suas missões precípua, acordado pelas instâncias colegiadas acadêmicas, sob a proteção constitucional em cada país e **estimuladas por políticas públicas que visam, ao mesmo tempo, à internacionalização solidária, às mudanças sociais e a integração regional** (Mercosul, America do Sul, America Latina, Caribe, Europa, etc. (AZEVEDO, 2014, p.101-102) (grifos nossos)



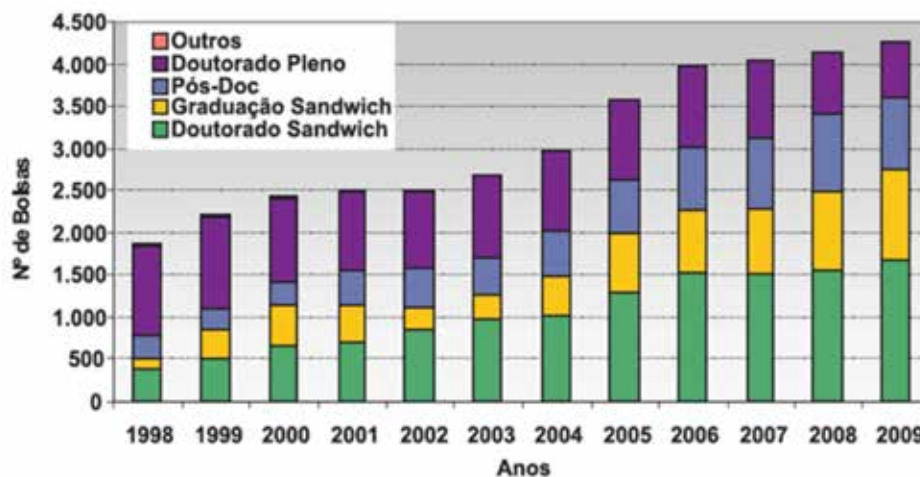
O autor, por um lado, situa a internacionalização como consequência de um projeto acadêmico e de sociabilidade. Assim, interessaria uma internacionalização que compõe a perspectiva de formação humana e desenvolvimento social com uma marca de solidariedade. Por outro lado, Azevedo (2014) também percebe que há no debate sobre internacionalização posições marcadamente competitivas expressas nas preocupações sobre a produção científica como estratégia de desenvolvimento econômico e posicionamento geopolítico de um país no contexto internacional. Tome-se como exemplo deste posicionamento os estudos da produção científica a partir dos rankings de divulgação científica. Os estudos mais cuidadosos farão isto com estratégias de normalização entre as áreas de forma a não comparar o incomparável, porém há muitas tabelas de *rankings* que incorrem em graves erros que tornam invisíveis as diferenças entre as áreas. Entre uma internacionalização que dialoga com um projeto social de formação humana mais ampla, e, uma internacionalização que espera da universidade (e da produção científica) sua contribuição para a competição internacional, temos um conjunto de desafios, perspectivas e tensões que levam à diferentes respostas sobre para que internacionalizar e como. Em entrevista concedida a João Marcos Veiga para o portal da Anped, Azevedo observa que,

[...] o campo acadêmico tem procurado demonstrar sua internacionalização por intermédio de ações, entre outras, tais como a mobilidade transfronteiriça de estudantes e professores, as parcerias e convênios com instituições estrangeiras e a docência e a comunicação de resultados de pesquisa em línguas estrangeiras. Entretanto, tais ações necessariamente não correspondem automaticamente ao que se conceitua como internacionalização. Há um sério perigo de se estar carreando esforços para a transnacionalização da educação superior, algo mais próximo da formação de um mercado global de educação superior. A prova de que se está fazendo internacionalização e não transnacionalização seria atentar se as ações e as políticas de promoção da circulação internacional de ideias consideram os princípios de solidariedade, reciprocidade, interculturalidade, justiça social e respeito mútuo. Assim, sem querer fornecer uma receita, mas os atores sociais comprometidos com estes valores podem balizar suas ações por estes princípios, procurando isentarem-se de carrear esforços para a formação de um mercado mundializado ou transnacionalizado de ensino superior, em que a competição, os rankings e a educação como mercadoria tornem-se preponderantes (AZEVEDO, 2017).

Desta maneira, um primeiro ponto para refletir sobre estes desafios para a pós-graduação é o marco estrutural das políticas públicas no campo da produção científica. Portanto cabe observar como a questão é tratada no Plano Nacional de Pós-Graduação. Considerando primeiro uma

dimensão mais centrada na circulação dos pesquisadores, o PNPG apresenta o incremento das bolsas no exterior a partir, por exemplo, do fomento da CAPES.

Figura 2 - Crescimento de Bolsas individuais CAPES (1998-2009)



Fonte: PNPG (2010-2020), p. 239 IN: BRASIL (2010)

Os dados de 1998 a 2009 evidenciam a ampliação do número de bolsas individuais e o PNPG (2010-2020) traça algumas estratégias que reforçam esta perspectiva de apoio à internacionalização:

Na ampliação dos cursos e atividades da pós-graduação deve ser levada em consideração a busca da excelência e de conhecimentos novos e deve ser evitada a endogenia. Uma forma para atingir tais objetivos é a interação mais intensa entre instituições brasileiras e internacionais. Essa interação, além de promover o crescimento da ciência, aumentará o protagonismo do país no cenário internacional. Sugere-se então:

- envio de mais estudantes ao exterior para fazerem doutorado, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo;
 - estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros;
 - aumento do número de publicações com instituições estrangeiras.
- (BRASIL, 2010, pag. 301)

Além das iniciativas centradas na circulação de pesquisadores outro tipo de política para o fomento são aquelas que visam apoio ao trabalho de grupos de pesquisa em que se integram ações de pesquisadores no Brasil com pesquisadores em universidades fora do país, entre exemplos recentes pode-se citar o Programa CAPES/Fortalecimento MERCOSUL com financiamento de missões entre os países do MERCOSUL. Outros programas foram desenvolvidos tanto pela CAPES como pelo CNPQ nos últimos anos tendo como foco grupos de pesquisa. Tomando novamente o PNPG 2011-2020 como marco para compreensão macro da política, parece que a ação de articulação entre grupos não ganha destaque como estratégia. Para além das estratégias individuais a política mais coletiva no PNPG está no acesso à produção externa e na avaliação,

[...] garantia da continuidade do Portal de Periódicos e aumento do acesso para novas instituições públicas e privadas, civis e militares, que desenvolvam pesquisa ou pós-graduação; estímulo à realização pelas instituições acadêmicas de avaliações periódicas através de comitês constituídos de consultores externos, nacionais e internacionais. Além das instituições, o próprio sistema de avaliação da CAPES deverá ser avaliado externamente (PNPG, p. 305)

No entanto, a circulação de pesquisadores e a formação de quadros mais internacionalizados, conforme já destacamos, é apenas um dos aspectos importantes, mas que também precisam ser adequadamente dimensionados, para não operacionalizarmos o que alguns, chamam de “internacionalização passiva”, uma internacionalização em uma única direção, perdendo-se objetivos solidários e globais. Este conjunto de questões parece permitir situar a questão da internacionalização da pós-graduação em educação a partir de quatro âmbitos e problemas: o consumo da produção científica, o diálogo com a produção mundial, a divulgação da pesquisa e a produção cooperativa/solidária.

Âmbitos do desafio da internacionalização

O primeiro âmbito ou desafio pode ser identificado como “consumo”, ou seja, acesso à produção internacional. Este tema percorre a iniciativa do Portal de Periódicos da mantido pela CAPES, política esta que tem um alto protagonismo da SBPC na defesa dos recursos para manutenção anual do conjunto de revistas internacionais que compõe o portal. Dados de execução orçamentária da CAPES indicam a aplicação desde de 2004 de recursos regulares para



a manutenção da política, sendo que o investimento em 2016 foi de aproximadamente 360 mil reais.

O acesso a um número expressivo de periódicos internacionais que tem custo elevado para os pesquisadores individuais é importante em termos de política pública e amplia as possibilidades das revisões de bibliografia e do uso da produção recente no âmbito das disciplinas na pós-graduação. Este processo tem como desafio a língua, e a cultura de mapeamento da produção. Consumir a produção internacional na área implica em olhar os objetos de pesquisa, além de suas manifestações locais, e abrir possibilidades teóricas e epistemológicas mais abrangentes que possibilitem ampliar o olhar sobre a empiria. Mesmo quando o foco da pesquisa empírica é local, é possível olhar para outras interpretações e outras formas de construção do objeto, porém isto implica em uma cultura de revisão bibliográfica que nem sempre esta desenvolvida.

O segundo desafio tem relação com esta cultura de interlocução com a bibliografia ou com a produção científica internacional. As experiências de circulação de pesquisadores pela via de doutorados sanduíche, pós-doutorados no exterior e participação em eventos científicos têm, também, a função de contribuir para a construção desta cultura de interlocução, pois para compreender as análises, especialmente no campo das ciências humanas, onde está a educação, a compreensão dos contextos, das formas como os pesquisadores constroem os objetos de pesquisa é tão importante quanto o próprio resultado da pesquisa.

O terceiro desafio ou problema é a divulgação da pesquisa brasileira no cenário científico internacional. Mas, aqui cabe perguntar: o que consideramos cenário internacional? O consumo da produção científica recente via portal de periódicos tem em tese capacidade de potencializar nosso diálogo com autores contemporâneos internacionais e, com isto ampliar a possibilidade de interlocução. Neste tema a questão da língua novamente se coloca, pois as grandes bases de dados privilegiam a língua inglesa. A diversidade, neste caso, fica comprometida, neste cenário científico.

O quarto problema ou âmbito de questões a serem enfrentadas se relaciona com a possibilidade de produzir pesquisa de forma cooperativa internacional. Neste caso o trabalho coletivo é primordial e a possibilidade de fazer avançar o conhecimento implica continuidade de financiamento que garanta estabilidade na interlocução. Neste caso as formas de bolsa individuais são portas de entrada; porém, apenas políticas de longo prazo que coloquem condições de grupos de pesquisa estabelecerem diálogo, é que permitirá o avanço no conhecimento.

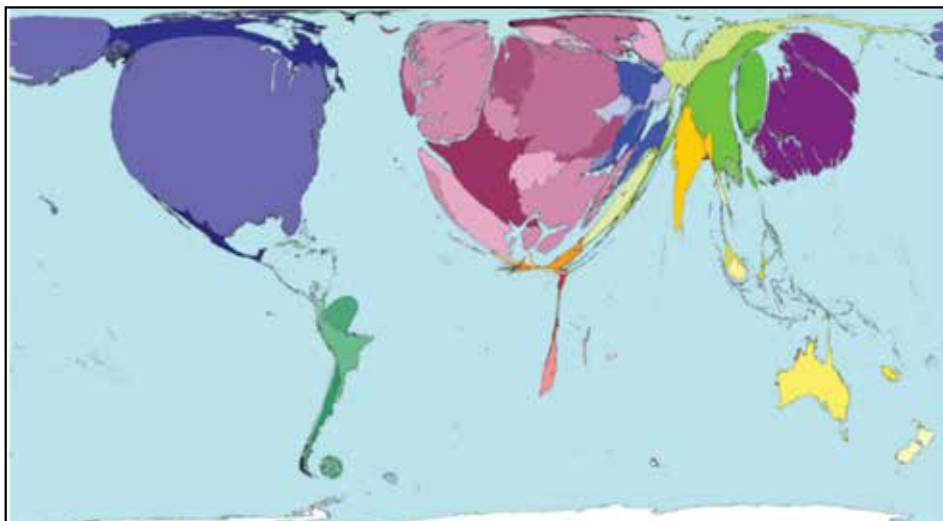


O contexto do golpe, os riscos para a democracia, a Emenda 95/2017 colocam um elemento de conjuntura bastante mais complexo no debate de como financiar uma política de internacionalização que tenha algum sentido de equidade no contexto continental brasileiro.

Cabe salientar ainda como pano de fundo de toda estas questões que temos ainda o contexto específico do Brasil que é a produção científica em língua portuguesa em um país periférico, e se situarmos o debate no âmbito da Educação, em uma área também periférica. Varela (2015) em um instigante estudo sobre as questões da globalização do currículo, traz alguns elementos, que nos ajudam a pensar estas questões. Conforme aponta, no Relatório da Unesco sobre a Ciência, de 2010, identificamos um quadro completamente desigual no que diz respeito a produção científica e a participação dos países nela,

...segundo o relatório, os EUA, a UE e a China, o Japão e a Rússia, que, em conjunto, detêm cerca de 35% da população mundial, possuem mais de três quartos dos investigadores do globo. “Em contraste, um país populoso como a Índia ainda representa apenas 2,2% do total mundial, e os continentes inteiros da América Latina e da África representam 3,5% e 2,2%, respectivamente” (UNESCO, 2010, p.10). (VARELA: 2015, p.50)

A situação explicitada pelo relatório foi “desenhada” pela Science, em um retrato que ficou conhecido como o “estranho mapa do mundo” da produção científica que praticamente, “apaga” os países do hemisfério sul:



Fonte: <http://hypescience.com/mapa-mundo-ciencia-producao-cientifica/> acessado em 30/07/2017

Obviamente, conforme já apontamos a questão da produção científica tem relação direta com a circulação de dinheiro, com a capacidade de produção de tecnologia, que torna os países periféricos consumidores, associado ainda, à situações educacionais nada favoráveis na maioria deste países.

Nesse sentido, já temos um alerta da importância do desenvolvimento das metas educacionais para a mudança no quadro da produção científica nesta relação norte-sul. Ademais, essa “ausência” de produção certamente impacta na pouca ou nenhuma capacidade destes países interferirem em agendas globais para a ciência.

Além da concentração da produção científica no norte, o inglês como língua “oficial” da circulação científica é outra problemática que afeta os países do sul. Ainda que a produção seja grande nos países do sul, a circulação e citação das referências do norte é avassaladora, sendo essa desigualdade em termos de circulação também estimulada pelos próprios cientistas dos países periféricos:

A América Latina cita autores asiáticos e africanos numa margem de 0% a 0,5% em todo o período, ao passo que em 2005 as menções a autores americanos alcançaram 56,2%. Em todo o período, a citação intrarregional diminuiu notavelmente. Outra constatação importante refere-se ao alto nível de citação endógena na América do Norte, que alcança 78,1% em 2005 e, juntamente com o aumento das citações de autores europeus no bloco euro-americano, concentra 98,5% do total de citações na América do Norte. (BEIGEL, 2013, p. 177)

Especificamente no caso do Brasil, a situação de país periférico e de produção em língua portuguesa, nos coloca o compromisso de refletir como estabelecer um diálogo com a circulação e a produção científica em inglês, ao mesmo tempo em que auxiliamos no desenvolvimento de uma perspectiva de produção que volte-se para a produção e circulação dos autores latinos e dos países e regiões de língua portuguesa.

Como afirma Varela (2015, p. 54):

não sendo o caso para se insurgir contra a difusão da ciência em língua inglesa, à escala universal, posto que esta será, seguramente, uma das formas possíveis para se reduzir as assinaladas assimetrias na *cientometria* internacional, é caso, contudo, para se afirmar que na prossecução do desiderato de promover as epistemologias dos países da periferia há um longo a caminho a ser percorrido,



visto que, supostamente, tal aspiração não deve realizar-se em detrimento do imperativo de promover e salvaguardar as culturas e idiossincrasias nacionais e locais, de que as línguas são o veículo e uma forma de manifestação por excelência, além de constituírem importantes esteios para o desenvolvimento socioeconômico.

A ANPED e os diálogos internacionais.

Diante desse contexto, o tema da internacionalização também se coloca no âmbito das associações de pesquisa, seja pela necessidade do diálogo na pesquisa, seja no diálogo sobre as políticas de produção científica.

Num primeiro aspecto, cabe destacar, considerando todo o explicitado, que em certa medida, a preocupação com a internacionalização da área da Educação, necessariamente articula-se à nossa luta e compromisso com a qualidade da Educação Básica oferecida no país. Os índices de universalização dessa etapa educacional ainda precisam ser melhorados e efetivamente se reverter em um quadro que coloque o Brasil em outras condições no mapa dos avanços educacionais. Infelizmente, os recentes ataques ao PNE e as políticas educacionais que tinham este objetivo, nos fragilizam significativamente.

Além disso, como Associação a ANPED tem estabelecido parcerias que nos coloquem em diálogo/ou que possam dar visibilidade aos diálogos que temos feito. São experiências, neste sentido, a presença já longeva do Clacso – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais nas reuniões nacionais. Ainda que a articulação em termos de América Latina tenha sido uma constante dos nossos pesquisadores e programas de pós-graduação, entendemos que, como Associação, temos um longo caminho a percorrer para promover de fato uma articulação mais intensa.

Decorrente dessa preocupação, no continente americano, apesar de algumas iniciativas anteriores de articulação, nos últimos dois anos a articulação com a AERA – American Education Reserche Association, tem fomentado diálogos com Associações de Pesquisadores da Educação nas Américas. A ideia é a partir de reuniões nos eventos locais, promover a articulação entre as diferentes Associações das Américas estabelecendo diálogos e reciprocidades.



Fruto dessa iniciativa, este ano, nos EUA, constituímos a American Education Research Network, e organizamos na reunião da AERA de 2017, em San Antonio (Texas, EUA) 12 simpósios temáticos articulando produção e desafios comuns na pesquisa em Educação dos países americanos. Decorrente disso, a ideia é em cada reunião das Associações Nacionais, promover mesas temáticas que auxiliem nessa difusão.

Além disso, temos uma preocupação também sobre como difundir e criar redes entre os países e regiões falantes de Língua Portuguesa. A visibilidade e circulação das pesquisas em produções científicas, em Língua Portuguesa, precisam ser um dos nossos principais focos de atuação. Assim estabelecemos no último ano, protocolos recentes com a SPCE – Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e com o FORGES - Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, visando unir esforços nesta questão.

Do mesmo modo, a filiação à WERA – World Education Association, nos colocou a possibilidade de diálogo com outras associações internacionais pouco próximas ao contexto brasileiro, como o caso do continente Asiático e Africano.

Em outra frente, é preciso considerar internamente como no âmbito da pesquisa e pós-graduação brasileira em Educação, temos pensado a internacionalização, este sido um dos novos desafios enfrentados por nós.

Para além de um “quesito” de avaliação da qualidade da produção científica, nos interessa pensar como tais questões têm sido compreendidas e enfrentadas pelo campo. Além disso, tais reflexões nos permitiram sair das “amarras” de um modelo de internacionalização que talvez não seja o mais adequado para as ciências humanas. Desse modo, temos também feito um esforço e um investimento para um debate mais alargado com outras associações para, juntas, pensarmos sobre que internacionalização queremos ser protagonistas.

Compreendemos que temos que um conjunto de desafios a serem enfrentados. Tais desafios implicam reciprocidade, horizontalidade que possam fortalecer redes solidárias de ação, agendas comuns e especialmente diálogos a partir de contextos diferentes.



REFERÊNCIAS

Azevedo, M.L.N. **Internacionalização da Educação**. Entrevista concedida a João Marcos Veiga. Portal da ANPEd. Extraída de <http://www.anped.org.br/news/entrevista-mario-azevedo-uem-internacionalizacao-da-educacao>. Publicada em 27 Julho 2017. Acesso em 31 Julho 2017.

_____. Transnacionalização e Mercadorização da Educação Superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. *Rev. Inter. Educ. Sup.[RIESup]* Campinas, SP v.1 n.1 p. 86-102 jul./set. 2015. ISSN 2446-9424.

_____. A internacionalização da Educação Superior em questão: mitos, enganos e verdades. **Horizontes LatinoAmericanos** - Revista de Humanidades e Ciências Sociais do Mercosul Educacional. v. 3, n. 1 (2014), pp. 99-110

_____. Oliveira, J.F.; Catani, A.M. O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento. **RBPAAE** - v. 32, n. 3, p. 783 - 803 set./dez. 2016, pp. 783-803.

BEIGEL, F. Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento. In. *Nueva Sociedad*, edição especial em português, setembro de 2013, pp. 168-180. www.nuso.org

BRASIL. **EMI nº 83/2016/MF/MPDG**. Brasília: Câmara Federal, 2016a,

_____. **PEC 241**. Brasília: Câmara Federal, 2016b

_____. **PEC 055**. Brasília: Câmara Federal, 2016c

_____. **EC 095** - Novo Regime Fiscal. Brasília: Câmara Federal, 2016d.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Plano Nacional de Pós-Graduação – **PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010, 2 v. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf>. Acesso em: 30 Julho 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 -.

BOURDIEU, P. **Contre-feux**. Paris:Éditions Liber-Raisons d'Agir, 1998.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015



GUIMARÃES, L.. **Valor Econômico**. Corte de verba ‘expulsa’ pesquisadores do país. Extraído de <<http://www.valor.com.br/brasil/4961558/corte-de-verba-expulsa-pesquisadores-do-pais>>, publicado em 09 maio 2017, acesso em 30 Julho 2017.

Martello, A.; Alvarenga, D. Levy deixa Fazenda após 11 meses no cargo e sucessivas derrotas. **G1 - Economia** (Grupo Globo). Extraído de <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/levy-deixa-fazenda-apos-11-meses-no-cargo-e-sucessivas-derrotas.html>>. Publicado em 08 Janeiro 2016. Acesso em 30 Julho 2017.

VARELA, Bartolomeu L. O global e o local nos processos de prescrição e realização do currículo e na promoção do *conhecimento universal*. O caso da Universidade de Cabo Verde. In: MORGADO, J. Carlos; MENDES, Geovana M. L.; MOREIRA, Antônio Flávio; PACHECO, José Augusto. **Currículo, Internacionalização e Cosmopolitismo: Desafios Contemporâneos em Contextos Luso-Afro-Brasileiros**. São Tirso: De facto, 2015.

ROMANZOTI, Natasha. Estranho mapa do mundo baseado na produção científica. Extraído de: <http://hypescience.com/mapa-mundo-ciencia-producao-cientifica/>. Publicado em 14 de julho de 2015. Acesso em 30/07/2017

SCHWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution: what it means, how to respond**. Disponível em:<<https://www.weforum.org>>. Acesso em: 30 Julho. 2017.

